

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Despacho (extracto) n.º 1603/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 4 de Janeiro de 2005:

Licenciada Graça Maria de Albuquerque Fernandes, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres — nomeada definitivamente na categoria de assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, ao abrigo dos artigos 29.º e 30.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a 14 de Setembro de 2004, mantendo-se no exercício de funções no cargo de chefe de divisão em que se encontra investida. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1604/2005 (2.ª série). — Considerando que, em despacho de 29 de Junho de 2004, autorizei o processo de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Património e Aprovisionamento da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura;

Considerando que o processo foi publicitado na bolsa de emprego público (código de oferta OE200407/0078), com a indicação da área de actuação, dos requisitos legais de provimento e do perfil pretendido, e no *Diário de Notícias*, de 3 de Julho de 2004, de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando que, pelo despacho n.º 18/SG/2004, de 6 de Agosto de 2004, determinei a forma de análise das candidaturas apresentadas;

Considerando que a proposta que me foi apresentada na sequência dessa análise se encontra fundamentada no sentido de que a candidata proposta satisfaz os requisitos legais fixados no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e é a que melhor corresponde ao perfil pretendido, por vir exercendo o cargo em regime de substituição, com conhecida competência e empenho, perspectivando uma situação de estabilidade e continuidade no acompanhamento dos projectos em curso, o que é de maior interesse para o serviço:

Ao abrigo dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio a técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura licenciada Carla Sofia Filipe Salva para o cargo de chefe de divisão de Património e Aprovisionamento do mesmo serviço, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, com efeitos a partir da data do presente despacho.

7 de Janeiro de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Síntese curricular

Dados pessoais — Carla Sofia Filipe Silva, nascida em 27 de Agosto de 1972, na freguesia de São Jorge de Arroios, em Lisboa.

Habilitações académicas — licenciatura em Gestão de Empresas pela CEUL — Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada em 1998 e pós-graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental pelo Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 2001.

Formação profissional — desde 1995, frequência de diversas acções de formação profissional nos seguintes domínios: informática na óptica do utilizador, contabilidade pública e fiscalidade, legislação laboral, auditoria financeira, gestão orçamental pública, direito administrativo e gestão financeira.

Experiência profissional:

Iniciou a actividade profissional em 1992 como terceiro-oficial no Hospital Condes de Castro Guimarães, nos Serviços Financeiros e, posteriormente, na Secção de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental;

Foi transferida para o quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura em Dezembro de 1999, integrando a Direcção de Serviços de Apoio ao Fundo de Fomento Cultural;

Ingressa na carreira técnica superior como técnica superior de 2.ª classe (estagiária) em Março de 2000 e é nomeada definitivamente na carreira em Julho de 2001, tendo desenvolvido funções enquadradas no âmbito da contabilidade patrimonial e orçamental do Fundo de Fomento Cultural (FFC);

Por despacho de 27 de Novembro de 2001 da secretária-geral, foi designada como interlocutora do Núcleo de Apoio Técnico do FFC;

Em 23 de Janeiro de 2004, foi nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Património e Aprovisionamento, divisão integrada na Direcção de Serviços de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, onde assume a coordenação dos processos de aquisição de bens e serviços da Secretaria-Geral e dos gabinetes ministeriais e do processo de implementação do *software* de gestão de *stocks*, bem como a participação nas reuniões da UMIC para a implementação do sistema de compras electrónicas e racionalização das comunicações na Secretaria-Geral;

Participa, ainda, na organização e elaboração das contas de gerência da Secretaria-Geral e dos gabinetes ministeriais.

Instituto das Artes

Rectificação n.º 98/2005. — Por ter sido publicada incompleta a síntese curricular que acompanha o despacho de nomeação, em comissão de serviço, do licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho no cargo de director de Departamento de Gestão e Apoio Técnico do Instituto das Artes, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 23 de Dezembro de 2004, procede-se a nova publicação rectificativa:

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — José Paulo Magalhães Gamito Carrilho;
Filiação — Fausto José Carrilho e Noémia Magalhães Gamito Carrilho;
Data de nascimento — 24 de Outubro de 1962;
Naturalidade — Santiago do Cacém.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Direito (variante de Ciências Jurídico-Políticas) da Universidade Portucalense, Porto, 1989, com a classificação de 14 valores;
Curso de mestrado em Estudos Europeus (área de Estudos Político-Jurídicos) da Universidade do Minho, Braga, 1992, com a classificação de *Bom*.

3 — Situação profissional — inspector principal (escalão 2) do quadro de pessoal de inspecção superior da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, Ministério da Justiça.

4 — Percurso profissional:

1990-1992 — técnico superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN), Ministério do Planeamento e da Administração do Território;
1992-1993 — técnico superior estagiário na CCRN;
1993-1996 — técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da CCRN;
1996-2000 — técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro de pessoal;
2000-2001 — técnico superior principal do mesmo quadro de pessoal;
Desde 1 de Outubro de 2001 — inspector principal do quadro de pessoal da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça.

5 — Funções desempenhadas:

1993-1994 — técnico superior principal do Gabinete para os Assuntos Legislativos do Governo de Macau;
1994-1995 — técnico superior assessor do mesmo Gabinete;
1995-1996 — assessor do secretário-adjunto para a Justiça do Governo de Macau juiz conselheiro António Macedo de Almeida;
1997 — adjunto jurídico do Ministro da Defesa Nacional Dr. António Vitorino;
1997-1998 — adjunto jurídico do Ministro da Defesa Nacional Prof. Doutor Veiga Simão;
1998-1999 — adjunto jurídico do Ministro da Justiça Dr. José Vera Jardim;
1999-2002 — adjunto jurídico do Ministro da Justiça Dr. António Costa;
2003 — coordenador de área da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça;
Desde 1 de Outubro de 2003 — director de departamento e membro do conselho administrativo do Instituto das Artes, Ministério da Cultura.

4 de Janeiro de 2005. — O Director, *Paulo Cunha e Silva*.